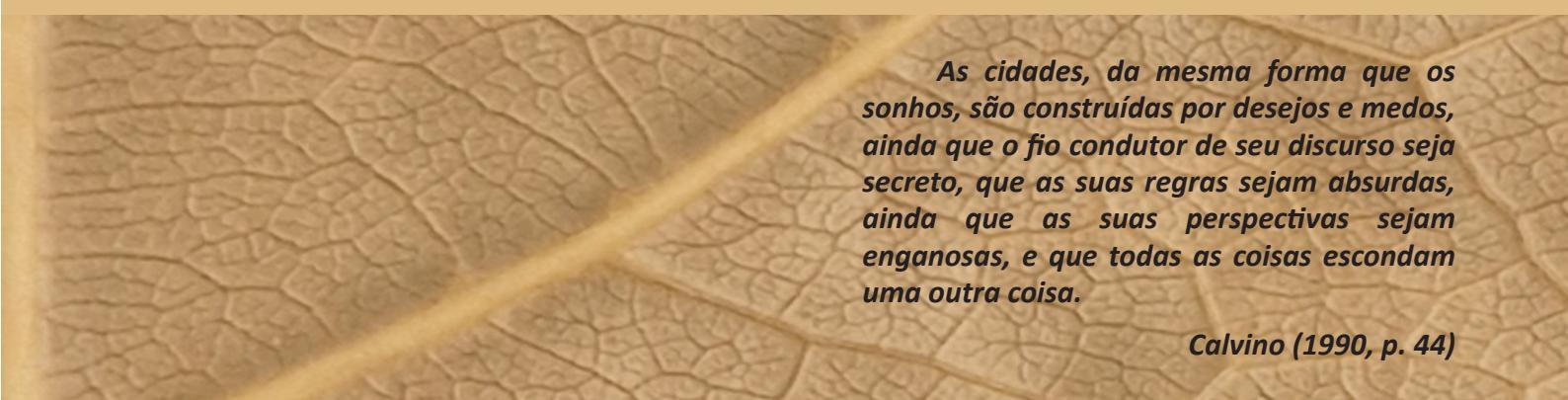


A POTENCIALIDADE DO USO COMO CONTRATENDÊNCIA À LÓGICA SOCIOESPAÇIAL FRAGMENTÁRIA



As cidades, da mesma forma que os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, ainda que as suas perspectivas sejam enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa.

Calvino (1990, p. 44)

MARIA JOSÉ MARTINELLI SILVA CALIXTO

Universidade Federal da Grande Dourados

mjmartinelli@yahoo.com.br

SÉRGIO MORENO REDÓN

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

s.m.redon@gmail.com

RESUMO

O presente artigo pretende destacar a relevância do uso, entendido como o conjunto de práticas pelas quais se destina o espaço à reprodução da vida. A questão central é discutir a importância da potencialidade de resistência e de fortalecimento de relações e/ou práticas alicerçadas no uso em cidades marcadas pela lógica fragmentária. A partir de um diálogo, sobretudo com Henri Lefebvre, e considerando práticas socioespaciais cotidianas observadas em cidades médias, pretende-se advogar que nas cidades contemporâneas, onde o processo de distanciamento e segmentação é cada vez mais profundo, o uso pode se revelar condição fundante para a possibilidade de mudanças no modo coletivo de viver.

PALAVRAS CHAVE: Uso; fragmentação socioespacial; novas práticas socioespaciais; Cidades médias.



Esta revista está licenciada sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.

THE POTENTIALITY OF USE AS A COUNTERTREND TO THE FRAGMENTARY SOCIO-SPATIAL LOGIC

ABSTRACT

This article intends to highlight the relevance of use, understood as the set of practices through which space is destined for the reproduction of life. The central issue is to discuss the importance of the potential for resistance and strengthening of relationships and/or practices based on use in cities marked by fragmentary logic. From a dialogue, especially with Henri Lefebvre, and considering everyday socio-spatial practices observed in medium-sized cities, it is intended to advocate that in contemporary cities, where the process of distancing and segmentation is increasingly profound, the use can prove to be a founding condition for the possibility of changes in the collective way of living.

KEYWORDS: Use; socio-spatial fragmentation; new socio-spatial practices; medium-sized cities

LA POTENCIALIDAD DEL USO COMO CONTRATENDENCIA A LA LÓGICA SOCIOESPACIAL FRAGMENTARIA

RESUMEN

El presente artículo pretende destacar la relevancia del uso, entendido como el conjunto de prácticas por las cuales se destina el espacio para la reproducción de la vida. La cuestión central es discutir la importancia de la potencialidad de resistencia y de fortalecimiento de relaciones y/o prácticas fundadas en el uso en ciudades marcadas por la lógica de la fragmentación. A partir de un diálogo, sobre todo, con Henri Lefebvre, y considerando las prácticas socioespaciales cotidianas observadas en ciudades medias, se pretende defender que en las ciudades contemporáneas, donde el proceso de distanciamiento y segmentación es cada vez más profundo, el uso puede revelarse como condición de base para la posibilidad de campo en el modo colectivo de vivir.

PALABRAS CLAVE: Uso; fragmentación socioespacial; nuevas prácticas socioespaciales; Ciudades medias

1 | INTRODUÇÃO

O conjunto de mudanças associadas ao pós-fordismo e à constituição social e política do neoliberalismo tem implicado novas formas de produção na e da cidade. Esse processo, que torna mais complexas as dinâmicas de segregação socioespacial, interfere diretamente nas condições de uso do espaço para a reprodução da vida, dificultando o contato, a convivência e o diálogo entre diferentes.

Na contemporaneidade, com a fase da urbanização planetária (Lefebvre, 1999; Brenner, 2014), a cidade tem sido conformada por relações cada vez mais segmentadas, resultando na perda da unidade e no aprofundando das desigualdades. Essa segmentação mais complexa, que ganha força e se revela na escala do cotidiano, se constitui a partir da relação dialética entre “ordem próxima e ordem distante” (Lefebvre, 2000).

O processo que confere complexidade à cidade contemporânea impõe uma lógica de estruturação socioespacial que resulta numa nova forma de segmentação, ou fragmentação, como denominam alguns autores. Dentre eles, na escala das metrópoles, sobretudo as latino-americanas, podemos destacar Santos (1990), Monclús (1998), Prévôt-Schapira (2001), Duhau e Giglia (2016); no estudo das cidades médias, os trabalhos de Sposito e Góes (2013), Magrini e Catalão (2019), Morcuende González (2020, 2021), Sposito e Sposito (2020), Calixto (2021) e Legroux (2021a, 2021b).

Para Duhau e Giglia (2016), a crise do fordismo traz uma diversidade de ordens urbanas, com a descaracterização da unidade da cidade. Como afirma Prévôt-Schapira

(2001, p. 51), “*Vemos así dibujarse un modelo de ciudad estallada, fragmentada.*” Tomando como referência a realidade das cidades médias, Sposito e Góes (2013, p. 296) apontam que a fragmentação socioespacial está ligada a uma nova forma de segmentação, que não substitui ou elimina, mas “sucede e contém a segregação”. Magrini e Catalão (2019), por sua vez, consideram que a fragmentação se relaciona tanto à produção da morfologia urbana, quanto às práticas espaciais e à construção de referenciais imaginários. Por conseguinte, aglutina elementos materiais e simbólicos, objetivos e subjetivos.

Essas dinâmicas, que se constituem, articuladamente, em escala macro e no plano das práticas socioespaciais, têm apontado para lógicas que delimitam as condições de uso do espaço para a reprodução da vida cotidiana em suas diferentes dimensões. A cidade fragmentada é cada vez mais caracterizada pela dispersão do tecido urbano e pela criação de locais que impõem o distanciamento, na medida em que especializam suas funções, que restringem o acesso e o espaço público é esvaziado das funções e papéis sociais. Esse processo se acirra por meio das políticas públicas e da produção imobiliária sob a visão do neoliberalismo, conferindo novo conteúdo à segregação, revelado na autossegregação.

Neste texto, buscamos considerar o uso como possibilidade de enfrentamento e/ou contratendência às dinâmicas que dão sustentação à lógica socioespacial fragmentária em cidades médias, as quais têm recebido menos atenção do que as metrópoles nos debates relacionados ao tema. Nesse sentido,

o uso torna-se fundamental para o delineamento de novas práticas que, por sua vez, envolvem duas dimensões dialeticamente ligadas: a espacial e a social. Pelo fato de o uso ter centralidade na obra de Henri Lefebvre, nos baseamos principalmente nesse autor, mas também em outros que dialogam com suas concepções, como Seabra (1996, 2004), Carlos (2001, 2004, 2017) e Martins (1997), entendendo o conceito como um conjunto de práticas sociais em que o espaço é essencial à reprodução da vida cotidiana, não circunscrito e/ou subordinado completamente às práticas socioespaciais dominantes. O uso, assim, “tem o sentido dado pela reprodução da vida, tratando-se do espaço concreto dos gestos, do corpo, que constrói a memória, porque cria identidades, com base nos reconhecimentos” (Carlos, 2001 p. 219).

Seabra (1996), apoiada em Lefebvre, considera que a mercadoria tem o uso como precedente e, sendo assim, por mais que haja a prevalência do valor de troca, ele não suplanta o uso e o valor de uso (mesmo que esteja mediado pela abstração). Ou, como aponta Lefebvre, “não pode se emancipar [libertar] da atividade, do uso, da necessidade, do ‘ser social’” (2000, p. 125). Portanto, diante da realidade que marca as cidades contemporâneas, cabe o seguinte questionamento: que importância tem o fortalecimento de espaços, de relações ou de práticas socioespaciais pautados no uso?

A reflexão aqui proposta, ainda que objetive debater o conceito de uso a partir da concepção de Lefebvre e, por conseguinte, não se limite a um objeto de análise estritamente empírico, tenta promover um diálogo que permita

dar centralidade a potencialidade das práticas socioespaciais cotidianas e sua luta pelo uso. Para tal, se considera experiências observadas em quatro cidades médias, de diferentes formações espaciais e portes demográficos - Dourados-MS, Maringá-PR, Presidente Prudente-SP e Ribeirão Preto-SP -, estudadas nos projetos de pesquisa: Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira: escalas, vetores, ritmos, formas e conteúdos – FRAGURB, financiado pela FAPESP, na modalidade Projeto Temático, e Observatório Nacional de Monitoramento e Avaliação de Dinâmicas Fundiárias e Imobiliárias, financiado pelo CNPq.

Visando apreender as práticas socioespaciais e as possibilidades que elas podem impulsionar, nas pesquisas referenciadas, além de cartografia e banco de dados, foram adotadas estratégias metodológicas de natureza qualitativa, como: entrevistas; grupos de diálogos ou grupos focais; netnografia e estudos das redes sociais em geografia; percursos acompanhados urbanos e sua representação; análise das redes sociais. Esses instrumentos, nos permitiu observar as práticas socioespaciais que resultam, condicionam e impõem, concomitantemente, a relação com a cidade, instigando o debate a partir do conceito de uso.

Além da Introdução e dos Apontamentos Finais, este texto se divide em três seções, que versam sobre: 1) as contradições do espaço social; 2) a centralidade do cotidiano e o uso como condição fundante de novas práticas socioespaciais; 3) a potencialidade do uso como possibilidade de contratendência à lógica fragmentária.

2. | AS CONTRADIÇÕES DO ESPAÇO SOCIAL.

Buscando situar as bases desta discussão, adotaremos como chave interpretativa do espaço social, a tríade dialética preconizada por Lefebvre (1999): espaço concebido, ou as representações de espaço (ligado às relações hegemônicas, de dominação e de racionalidade); espaço vivido, ou os espaços de representação (ligado à vida social e sua multiplicidade de situações e interações); e espaço percebido (ligado à ação, ao uso e à percepção do espaço). Logo, essa tríade dialética revela as contradições que marcam o espaço social, as quais, para Lefebvre (2000), não podem ser vistas estritamente pelo prisma da dualidade ou antagonismo, mas devem ser consideradas na sua complexidade. Como afirma Seabra (1996, p. 80), com base em Lefebvre,

O percebido corresponde a algum nível de entendimento do mundo, funda atos, relações, conceitos, valores, mensagens, verdades... O percebido do mundo está, inexoravelmente, envolto em representações e, portanto, situa-se no movimento dialético, que nunca cessa, entre o concebido e o vivido.

Por expressar contradições permanentes, engendrando uma multiplicidade de possibilidades, o espaço é, dialeticamente, produto e produtor de relações. Portanto, é necessário compreender esse processo em seu movimento cotidiano, marcado por enfrentamentos e confrontações. Considerando o espaço como parte do movimento da sociedade, Smith (1988, p. 132) afirma que “nós não vivemos, atuamos ou trabalhamos ‘no’ espaço, mas sim produzimos o espaço, vivendo, atuando e trabalhando”.

Ao tratar a realidade social como “dupla, múltipla, plural”, Lefebvre assevera que, sendo resultado de ações passadas, o espaço “permite ações, as sugere ou as proíbe” (2000, p. 111-112). Para o autor, o espaço vai muito além da produção de mercadorias, incluindo a reprodução das relações sociais, portanto, é dimensão central na conformação das contradições:

As fronteiras visíveis (por exemplo, os muros, as cercas em geral) fazem nascer a aparência de uma separação entre espaços ao mesmo tempo em ambiguidade e em continuidade. O espaço de um ‘cômodo’, de um quarto, de uma casa, de um jardim, separado do espaço social por barreiras e muros, por todos os signos da propriedade privada, não é menos espaço social (2000, p.130. Grifo nosso).

E continua: “O espaço social começa a aparecer em sua hiper-complexidade: unidades individuais e particularidades, fixidades relativas, movimentos, fluxos e ondas, uns se compenetram, outros se afrontam etc.” (Lefebvre, 2000, p.131-132. Grifo nosso). “Como espaço social, ele é obra e produto: realização do ‘ser social’. Mas em conjunturas determinadas, ele toma os caracteres fetichizados, autonomizados, da coisa (da mercadoria e do dinheiro)” (Lefebvre, 2000, p. 150). Ou seja, cada modo de produção se estrutura de forma a projetar espacialmente as relações que lhe dão sustentação.

O capitalismo, como formação econômico-social, gera contradições em seu processo de realização: ao mesmo tempo em que assegura e favorece a reprodução das relações de produção e de propriedade, invade e aprisiona a esfera de reprodução da vida. Revela-se, pois, a contradição entre a produção

do espaço, em função das atividades econômicas e políticas, e a reprodução do espaço da vida social (Carlos, 2001). E, assim, a necessidade de reprodução do capital tenta pautar e aprisionar a reprodução social.

A propriedade privada se coloca como suporte/alicerce do desenvolvimento capitalista que, em sua constituição, atravessa o cotidiano, estabelecendo o conflito entre valor de uso e valor de troca e marcando um embate entre as formas de reprodução do capital e as formas de reprodução da vida. Ou seja, as relações de propriedade, ao demarcarem o uso, submetem a reprodução social ou da vida à acumulação do capital, interferindo na prática criadora/transformadora.

Esse processo que diferencia e cerceia o direito de uso, faz com que muitos sejam “lançados pelas circunstâncias da vida numa situação social em que o conflito sai de seus ocultamentos, inclusive ideológicos, e ganha visibilidade e eficácia dramática na própria vida cotidiana” (Martins, 1997, p. 15).

Todavia, por estar ligado à dimensão da vida social, o uso se contrapõe, dialeticamente à dominação. Como diz Carlos (2001, p. 220), “a cidade pensada dentro dos estritos limites da produção econômica, enquanto condição da produção – se impõe o uso improdutivo do espaço centrado na vida cotidiana”. Se o espaço se reproduz, cada vez mais ditado pela reprodução capitalista (que também inclui parte das atividades da reprodução social), pelo fato de a realidade contemplar múltiplas determinações, também aponta para o possível enfrentamento dessa lógica, questionando a prevalência das relações de troca. Conforme Lefebvre,

Daí resulta um conflito e um curioso mal-estar. Esse espaço, de um lado, tende para um código único, para um sistema absoluto, o da troca e do valor de troca, da coisa lógica e da lógica da coisa. **Ao mesmo tempo, ele se torna pleno de subsistemas, de códigos parciais, de mensagens e de significantes que não entram no procedimento unitário que esse espaço estipula, prescreve, inscreve de todas as maneiras** (1999, p. 153. Grifo nosso).

A multiplicidade de situações impõe novas perspectivas ao processo de reprodução da vida ou mesmo novas maneiras de (re)existir. Se “tudo o que era estável e sólido desmancha no ar” (Marx; Engels, 2001, p. 29), as relações de troca, ao tentarem se impor (dissolvendo relações de uso e instaurando sua própria ordem), podem levar (pelo fato de a realidade ser múltipla) à “insurreição do uso” (Seabra, 1996), conforme práticas socioespaciais observadas a partir da pesquisa nas cidades médias citadas nesta introdução.

Tomando como base as contradições que envolvem o espaço social, é importante frisar que mesmo estando ligado à reprodução da vida e que seja, conforme consideramos neste texto, condição fundante, portanto, edificadora de práticas socioespaciais possíveis de se contrapor à lógica fragmentária, o uso não é suficiente para assegurá-las. Seabra (1996, p. 78) apresenta, baseada em Lefebvre (2000), a relação entre usuário e usador:

[...] para os usuários estão os modos de consumo, com o que se forja a identidade do consumidor, enquanto para o usador estão relações de qualidade que implicam fluxos de sentidos ligados à realização de energias vitais: o espaço do corpo, os alimentos, o sono [...].

Contudo, essa relação entre usuário e usador também precisa ser vista na perspectiva da complexidade, podendo o usador, em determinados contextos, também se colocar como usuário e vice-versa.

No capitalismo, por fazerem parte da sua estrutura, as formas de uso também acabam contribuindo para seu reforço ou legitimação. Então, o uso nem sempre se dá a partir da perspectiva do usador e, sendo assim, nem sempre é portador de novas práticas socioespaciais, porque a forma como ele se dá reforça a lógica fragmentária ou, em um sentido mais amplo, as relações de dominação.

E, nesse processo, as representações também têm papel muito importante, até pelo fato de que, na dinâmica que dá sustentação à lógica fragmentária, há elementos de ordem estrutural e elementos de ordem simbólica. Afinal, não se pode negar que as representações também interferem nas ações e nas práticas socioespaciais. Exemplo disso é o papel que tem a representação da ideia de segurança difundida na mercantilização de loteamentos fechados, mesmo em locais onde não há problemas sérios de segurança, como é, em geral, o caso das cidades médias, conforme demonstram Sposito e Góes (2013). Essa realidade, como defende Lefebvre (1966), reforça a ideia de que o símbolo está imbricado na estrutura e nas ideologias sociais, sendo a base do imaginário social.

Logo, um produto imobiliário como um loteamento fechado, cada vez mais comum nas cidades médias estudadas (com sistema de segurança, muros, cercas elétricas, guaritas, caracterizando uma “arquitetura do confinamento”), não detém apenas valor de uso e troca, mas também um valor simbólico muito significativo, por “criar”, para uma clientela definida, locais de moradia ligados não só a segurança, mas também a *status*. As formas e a arquitetura urbana, por exemplo, impactam as práticas socioespaciais e, por decorrência, o contato entre as pessoas, impossibilitando o uso para a reprodução da vida e revelando que o espaço é produto e produtor de relações.

A capacidade do uso em subverter a lógica fragmentária é ambígua, portanto, visto que a vida cotidiana faz parte das estruturas que a produzem e que são produzidas e legitimadas por ela, pois: “O espaço que contém as condições coincide com o espaço que impede o que elas permitem” (Lefebvre, 2000, p. 262). Por esse prisma, o cotidiano, marcado por uma multiplicidade de interações, torna-se estratégico.

3. | A CENTRALIDADE DO COTIDIANO E O USO COMO CONDIÇÃO FUNDANTE DE NOVAS PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS

Entre diversos autores, como Seabra (1996, 2004), Carlos (2001, 2004, 2017) e Martins (1997), é consensual que há um ponto de extrema importância no pensamento de Lefebvre: a centralidade do cotidiano. O cotidiano, por ser múltiplo e heterogêneo, condição e lugar de reprodução das relações sociais, é onde se constituem as lutas pelo uso (Seabra, 1996), estabelecendo o conflito entre o espaço abstrato e o imediato, vivido e percebido (Lefebvre, 2008), visto ser a dimensão em que os sentidos da vida não se deixam anular, fazendo com que novas e outras possibilidades possam ser gestadas e construídas. Como assegura

Reguillo (2000, p. 87), “[...] si la vida cotidiana es el escenario de la reproducción y de la imposición de un orden constituido, es también el punto de ruptura de este orden”.

Isso reforça que cotidiano (como campo de ação/prática concreta) e uso estão imbricados. Como já mencionado, por remeter a diferentes dimensões da existência social (prazer, o sonho, a alegria, o desejo e a luta), o uso pressupõe relações com o espaço (Seabra, 1996), sendo produto e produtor de práticas. Daí emerge sua potencialidade, visto ser capaz de impulsionar novas relações, sendo condição que também contém a contingência da tática (Certeau, 2014). E, nessa perspectiva, é portador da prática criadora, confrontando, diretamente, o espaço concebido, a partir do vivido.

Como lembra Sennet (2018, p. 25), na construção das primeiras cidades, “[...] os materiais, as formas e a localização do ambiente construído derivavam das práticas da vida cotidiana”. Portanto, quando a racionalidade do capitalismo não era prevalente, a produção espacial (as casas para morar, as ruas para circular, as muralhas para se proteger e assim por diante) se pautava nas práticas e nos ritmos da vida cotidiana, ou seja, nas relações de uso.

Sob a racionalidade do capitalismo (com ênfase no planejador e no planejamento), o espaço passa a ser estrategicamente pensado, impondo a prevalência do concebido sobre o vivido. Contudo, é no cotidiano que as contradições se inter-relacionam e/ou se manifestam como “lugar do embate entre o concebido e o vivido” (Lefebvre, 1992).

Isso porque o uso, como aponta Carlos (2001, p. 38), mesmo que submetido ao valor de troca, continua residual; “[...] o valor de uso e o valor de troca se encontram em uma relação dialética em que nenhum dos polos desaparece e ambos se situam no espaço diferencialmente”. Segundo ainda a autora, há “sempre um resíduo incapaz de ser absorvido pela lógica capitalista e que se sustenta face à irredutibilidade do humano à passividade e à generalização do mundo da mercadoria” (Carlos, 2017, p. 55). Na realidade, as relações de troca são incapazes de atender todas as necessidades (especialmente as coletivas), instigando possibilidades de resistência à sua lógica.

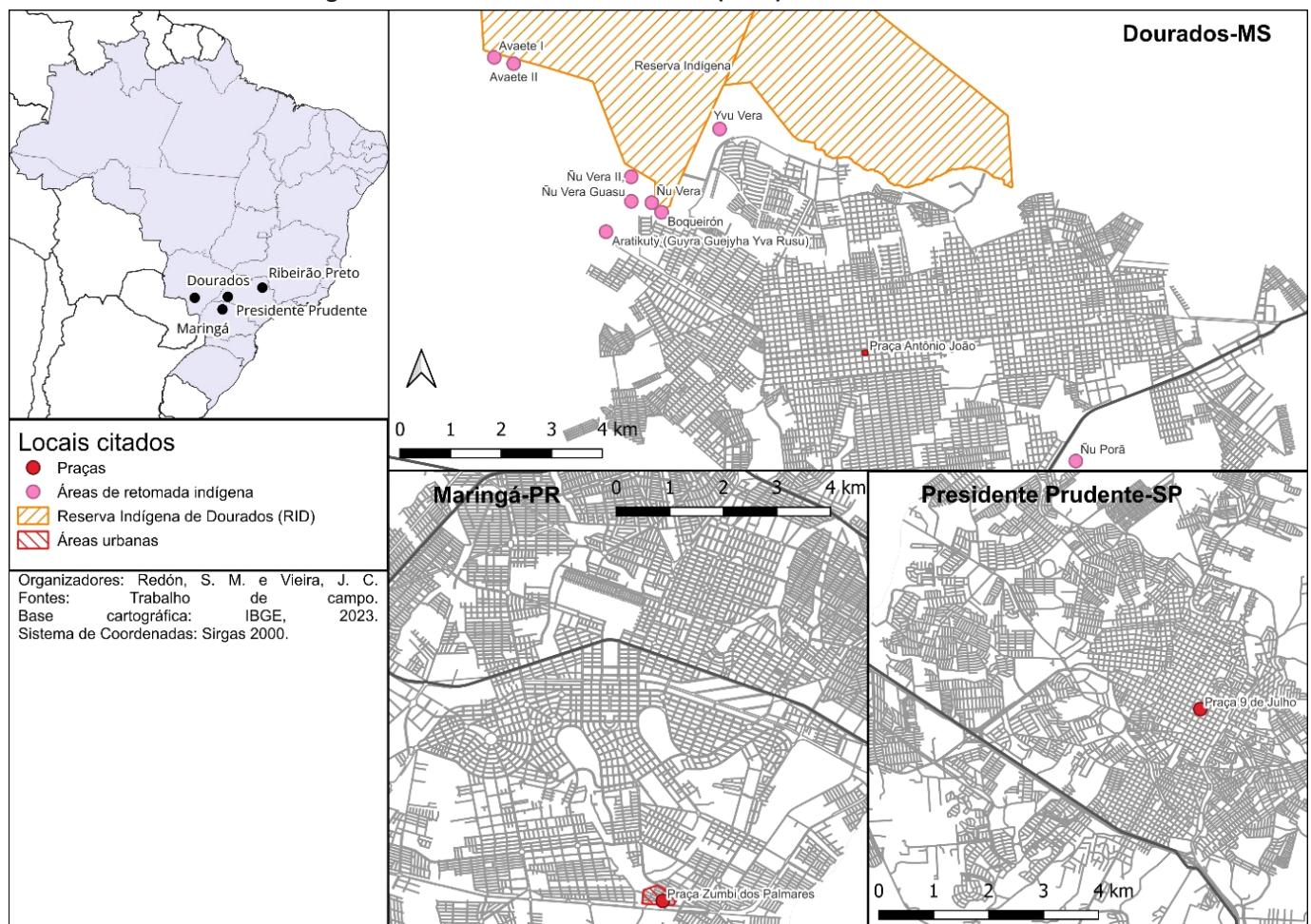
O espaço é “lugar e objeto das estratégias” (Lefebvre, 1999, p. 50). Contudo, as estratégias podem ser e são plurais, de modo que a prevalência de práticas socioespaciais que possam confrontar a lógica fragmentária vai depender de que a estrutura e os discursos sejam evidenciados de forma não alienada pelas relações de dominação. Se as práticas também reproduzem as relações de troca ou de dominação, há a necessidade de mudá-las para poder subverter essa lógica. Ou seja, esse processo se dá pela “rebelião do ‘vivido’, do cotidiano, da *práxis*” (Lefebvre, 1999, p. 166). Assim, se coloca o embate entre o espaço abstrato, imposto pela racionalidade (representação do espaço) e o espaço concreto (espaço de representação).

Ainda que para Lefebvre (2000) o espaço conteplane uma dimensão “politicamente instrumental” (o que possibilita as estratégias de controle social), formas de subversão ou enfrentamento se colocam no cotidiano. E essa luta pelo uso se dá de diferentes maneiras e envolve diferentes dimensões da existência. A história nos mostra que, há mais de 500 anos, os povos originários, por exemplo, resistem contra a dominação representada pela hegemonia da propriedade da terra, lutam e tentam assegurar o direito de uso.

A área urbana de Dourados-MS é circundada pela presença das denominadas áreas de retomada dos Guarani e Kaiowá (Figura 1), que transpõem as fronteiras da propriedade privada e, por meio da ocupação ou da retomada (termo que utilizam de forma muito apropriada os povos originários), tentam assegurar o seu modo de vida e o direito de uso. A pesquisa, possibilitada pelos projetos mencionados na introdução, revelou que nessas áreas, diariamente, muitas famílias indígenas recriam alternativas para que seus filhos não sejam consumidos pela fome, mesmo que a saída seja viver em uma situação de trânsito de um lugar a outro, onde cada passo dado aponta para uma nova tentativa de reconstrução da própria vida, que resiste em não ser tragada pela propriedade privada da terra.

Para Lefebvre (1991a), o uso não está ligado apenas a um ato isolado, localizável, mas a uma prática. Nesse processo, gestam-se e projetam-se novas alternativas, visto que entre o concebido e o vivido, coloca-se o percebido. O embate e a luta emergem do cotidiano e do vivido, pressupondo a necessidade da desconstrução de referenciais que sustentam a lógica fragmentária, implicando a necessidade de outros usos, outras práticas.

Figura 1 - Áreas Urbanas Consideradas (2025)



Fonte: Trabalho de Campo. Base Cartográfica IBGE, 2023. **Organizadores:** Redón, S. M e Vieira, J. C.

O cotidiano é o lugar das opressões e, dialeticamente, das possibilidades. Assim, a perspectiva e a oportunidade de ressignificação se colocam, mesmo que as relações de dominação invadam a vida diária, mesmo que o cotidiano seja condicionante de uma dinâmica socioespacial que diferencia o acesso e determina o próprio sentido da vida. Isso porque é no dia a dia que as necessidades de

reprodução da vida são concretamente ameaçadas. Ou seja, os sentidos da vida estão cada vez mais prescritos nas necessidades imediatas, como comer, ter acesso ao lazer, à escola, à creche etc., o que torna necessário tentar resgatá-los.

Para aqueles cuja vida é marcada por uma série de interdições ou carências cotidianas (falta de casa, de escola, de creche, de posto de saúde e, em alguns casos, falta de alimento e da própria condição de assegurar a vida), coloca-se um embate muito concreto e direto entre o concebido (homogêneo e homogeneizante) e o vivido (heterogêneo, plural). Ao serem submetidos a uma situação que impossibilita o uso do espaço e, portanto, dificulta a vida, lutam de diferentes formas para assegurar esse direito. Aqui podemos destacar a atuação dos movimentos de luta pela moradia, como o Movimento de União dos Sem-Teto de Ribeirão Preto-SP (MUST), com forte contraposição e que se articula em torno de um projeto político, conforme tratado por Oliveira (2005). Tais movimentos, na sua essência, tentam subverter a lógica imposta pela propriedade privada da terra, revelando que o mesmo espaço que cerceia o direito de uso, subjugando/submetendo a reprodução social ou a reprodução da vida à acumulação do capital, pode levar à luta pela sua realização.

Pelo fato de o espaço ser dimensão determinante, o processo de transformação – ou a desconstrução dos códigos e práticas que sustentam a lógica fragmentária – ocorre no cotidiano e por intermédio do confronto das diferenças, de outros referenciais, de outros códigos e símbolos, de outras formas de uso da rua e das áreas públicas, em sentido mais amplo, por meio da diminuição das distâncias socioespaciais. É a partir do cotidiano e do vivido que se sentem os problemas e que se pode buscar e explorar alternativas a fim de se contrapor à lógica fragmentária que marca a produção da cidade contemporânea. “No e pelo espaço, a obra pode atravessar o produto, o valor de uso dominar o valor de troca” (Lefebvre, 2000, p. 472).

Para que a mudança aconteça, portanto, é preciso ampliar os fóruns de discussão e as redes de diálogos. É por meio do resgate das formas de uso para a reprodução da vida, em suas múltiplas dimensões, que o novo/diferente pode se instaurar, colocando a contratendência à lógica fragmentária e apontando para a “inversão do mundo ao avesso”. “[...] No espaço podem reaparecer necessidades e desejos como tais, animando o produzir e o produto. Há, pode haver aí ainda espaços de jogo, espaços de gozo, arquiteturas da sabedoria ou do prazer” (Lefebvre, 2000, p. 472). Essa sociedade, marcada por novas práticas, “se apropria, ou seja, organiza para seus fins, o espaço preexistente, modelado anteriormente” (Lefebvre, 2006, p. 13).

4. | AS PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS PAUTADAS NO USO E SEU POTENCIAL DE CONTRATENDÊNCIA À LÓGICA FRAGMENTÁRIA

Diante da complexidade dos processos que têm conformado a produção contemporânea da cidade marcada pela lógica fragmentária (que aprofunda a separação e o distanciamento), a questão que se coloca é como ampliar e/ou recriar a vida social, na perspectiva de uma cidade pautada nas relações e necessidades de uso.

Vale reforçar que um dos pressupostos deste texto é a potencialidade do uso. E, nessa perspectiva, quando pautado nas necessidades de reprodução da vida (o que inclui, conforme já apontado, diferentes dimensões da existência social: a festa, o prazer, o desejo, a luta...), o uso é condição fundante, portanto, edificadora e necessária à possibilidade de práticas socioespaciais diversas. Já que viver pressupõe se relacionar com e no espaço, este poderá ser transformado por meio de novas formas de uso cotidiano.

É importante reafirmar que o espaço produzido e a realidade vivenciada são decorrentes das práticas e se elas têm contribuído para reproduzir e reforçar a lógica fragmentária, é preciso ressignificá-las. E aí estão o caminho e o desafio colocados: que embates estão sendo travados para a construção de espaços pautados em relações que possam se contrapor à lógica fragmentária? Esse é um questionamento que precisa ser feito. Se a elaboração de outros referenciais passa pela mudança das práticas socioespaciais, pela práxis criadora potencializada no usuário, é no cotidiano que ela é possibilitada.

Na cidade contemporânea, marcada pelo distanciamento socioespacial e pelo distanciamento entre as pessoas, as práticas são cada vez mais individualizadas e segmentadas. Por isso, tornam-se essenciais a primazia dos usuários e a ampliação dos espaços de convivência entre as diferenças, condições necessárias para a criação e o reforço da identidade coletiva, em contratendência à lógica que produz a cidade fragmentada. Ou seja, esse redirecionamento, ou transcendência, está ligado à perspectiva de colocar em prática relações pautadas nas necessidades de reprodução da vida social.

Se apenas os que vivenciam os problemas podem se tornar sujeitos da realização da mudança, cabe a ampliação das possibilidades cotidianas. E como alargar as possibilidades? Aqui vale reforçar a ideia de Lefebvre (1999), para quem a sociedade urbana, que nasce da industrialização, ainda não se efetivou. Ou seja, encontra-se em processo de construção e, exatamente por isso, a condição de redirecionamento está constantemente colocada, abrindo espaço para ações necessárias como, entre outras, a ampliação das redes de relações horizontais e o reforço da interlocução.

Movimentos e vozes, pois, pautados no uso para a reprodução da vida, são imprescindíveis na luta contra a “raridade do espaço social”, procurando assegurar o diálogo entre as diferenças, o encontro, o debate, a festa, a arte e a urbanidade. Ainda que o concebido tente aprisionar o vívido, a prevalência deste sobre aquele pode ser edificada por meio da amplificação de experiências de construção coletiva, tanto de projetos, quanto de utopias: ocupação e vivência diversas dos espaços públicos; promoção e intensificação dos “usos da rua” (Frehse, 2009); ampliação dos espaços de diálogo, inclusive no meio acadêmico; participação nos diferentes fóruns de debates que buscam pensar os rumos da cidade e a construção de uma legislação mais democrática (até porque a legislação orienta as formas de uso e de intervenção na cidade, podendo favorecer, ou não, a segmentação dos espaços). Para tanto, reforça-se a importância da constituição de conselhos democráticos, da realização de plebiscitos, orçamentos participativos e audiências públicas, entre outras ações que possam aprofundar as práticas democráticas, coletivas e pautadas no uso para a reprodução da vida social. Como enfatiza Lefebvre (1991b, p. 204), “é preciso que se supere o cotidiano, dentro do cotidiano, a partir da cotidianidade!”

Desse modo, colocam-se as possibilidades de as práticas socioespaciais serem reconstruídas a partir de outra perspectiva. Afinal, “‘Mudar a vida’, ‘mudar a sociedade’, isso não quer dizer nada se não há produção de um espaço apropriado” (Lefebvre, 2000, p. 93). Este é o caso do ocorrido em Maringá-PR, onde a praça Zumbi dos Palmares – Figura 1 - (referência histórica da resistência negra, afro brasileira, reconhecida pela Lei Municipal n.º 4.044/96) foi construída, na década de 1990, por meio de um mutirão dos moradores dos Conjuntos Habitacionais João de Barro I e Santa Felicidade, que revitalizaram e transformaram, para uso diverso, uma área desocupada, numa clara demonstração de que as ruas, as praças, as áreas públicas (que na cidade contemporânea têm sido vistas como o lugar do medo) também podem ser locais de instauração da prática criadora/transformadora, pautada no uso do espaço para a construção de áreas com significado para as pessoas, como local da identidade, da memória, da arte, do encontro, do diálogo, do compartilhamento. É importante reforçar que, por ser ele produto e produtor de relações, quando o espaço se modifica, as práticas também se redefinem e rearticulam, podendo apontar para novas maneiras de ser, pensar e, sobretudo, de agir, conforme revela a experiência vivenciada na cidade de Maringá-PR.

Nesse movimento, de diferentes maneiras, os espaços que Lefebvre chama de heterotópicos têm insurgido, indicando novas perspectivas de uso. Nas cidades pesquisadas e consideradas neste texto, observam-se iniciativas de vivência promovidas pelos denominados coletivos sociais, que têm buscado assegurar o direito de uso, o direito à diferença (pressuposto para o direito à cidade), à festa, ao encontro e às práticas educativas, independente da participação e/ou apoio institucional. O Coletivo *Slam* Quilombo de Dandara (formado predominantemente por jovens mulheres negras), por exemplo, promove um espaço informal de aprendizagem, no centro da cidade de Presidente Prudente-SP – Figura 1. Turra Neto e Alves (2022) analisaram os processos educativos do *Slam* e as relações com os saberes escolares, a partir desse Coletivo que, de acordo com os autores, é um exemplo de prática espacial de cunho insurgente, pois, “educa, ao discutir temas como racismo e sexism, ao acolher múltiplas manifestações, ao dar a palavra aos que normalmente não têm voz e ao se conectar com outros contextos educativos que formam um circuito político e cultural alternativo na cidade”. E é também por isso que, segundo Lefebvre (2006), há uma multiplicidade de práticas próximas de transbordar e, ao transbordar, podem descortinar outras formas de se relacionar com o espaço.

No carnaval de 2018, em Dourados-MS, um grupo de amigos se articulou e montou o bloco independente “Balanga Teta” que, surpreendendo os moradores da cidade, saiu às ruas por dois anos consecutivos. Em fevereiro de 2020, o referido bloco idealizou e organizou um carnaval de rua, que ocupou a praça central da cidade (praça Antônio João – Figura 1), assegurando o direito de uso, o direito à festa, ao encontro, à diferença, independente da participação do poder público e/ou de qualquer outra instituição. O evento, que em sentido mais amplo, marca a insurgência do vivido sobre o concebido, foi organizado por meio das redes sociais e atraiu grande quantidade de jovens e adolescentes de áreas centrais e periféricas. Tinha como uma das principais bandeiras chamar a atenção para a importância do uso do espaço público e para a ausência de políticas públicas voltadas ao lazer e ao entretenimento na cidade.

Certamente que essa livre manifestação não se deu sem conflito, tanto com alguns moradores (que, de acordo com os veículos de comunicação, alegaram baderna, barulho, desordem etc.), quanto com a administração municipal, que chegou a determinar a ação da força policial, visando à desocupação da praça. Isso reforça, conforme Lefebvre (1999, p. 30), ao se referir às contradições colocadas pelo uso da rua, que esta tornou-se “o local privilegiado de uma repressão”. E continua: “A passagem na rua, espaço de comunicação, é a uma só vez, obrigatória e reprimida. Em caso de ameaça, a primeira imposição do poder é a interdição à permanência e à reunião na rua”. (Grifos nossos)

A criação do bloco independente “Balanga Teta”, as ações do Coletivo *Slam Quilombo* de Dandara, e/ou a praça Zumbi dos Palmares revelam que, apesar do conjunto de determinações que sustentam a lógica fragmentária, práticas pautadas no uso da rua e dos espaços públicos se contrapõem, criando outros e novos circuitos políticos e culturais nessas cidades. E esse embate coloca-se como possibilidade de confrontar os processos de institucionalização da vida (Seabra, 1996), reforçando a potencialidade do uso como contratendência à lógica fragmentária.

Na reserva indígena de Dourados-MS – Figura 1, formou-se o primeiro grupo de rap indígena no Brasil, o Brô Mc’s, que adotou a melodia como forma de resistência e luta, como expressa o verso de uma das músicas, que acena para a perspectiva do novo: “*Vive em mim a esperança de uma nova vida*”.

No contexto pandêmico, por exemplo, vimos, como alerta o ambientalista e líder indígena Ailton Krenak (2019), muitas “ideias para adiar o fim do mundo”, por meio de atitudes e práticas coletivas fundadas na defesa dos serviços públicos, na segurança alimentar, na produção e circulação de alimentos, na produção de máscaras, na ajuda colaborativa entre vizinhos etc. Portanto, isso pode fazer emergir uma nova prática socioespacial pautada na sustentabilidade, na importância da agricultura camponesa ou orgânica etc.

Por ser plural e dinâmico, o cotidiano tem aberto e/ou pode abrir novos caminhos. No cotidiano se colocam outras possibilidades, por meio da prevalência do uso e do valor de uso, levando à negação e transformação do concebido, pela rejeição a suas imposições. Nesse processo, o espaço concebido também pode se tornar o espaço percebido e isso se dá no e pelo espaço vivido. Como também aponta Lefebvre, é no cotidiano que se coloca o “projeto de um outro espaço e de um outro tempo numa sociedade outra, possível ou impossível” (2000, p. 137).

Conforme afirma Calvino (1990, p.44), na epígrafe deste texto, se “todas as coisas escondem uma outra coisa”, as possibilidades estão colocadas, ainda que possam estar adormecidas, enclausuradas ou “escondidas”. São as relações tecidas no cotidiano, por meio do uso para a reprodução da vida em suas diferentes dimensões, que podem provocar fissuras capazes de abalar as dinâmicas que sustentam a lógica fragmentária.

5. | APONTAMENTOS FINAIS

Nesta seção final do texto, é pertinente recolocar o questionamento que, instigado pelas pesquisas realizadas nas cidades referenciadas, orientou a reflexão proposta: na cidade contemporânea, marcada pela complexidade e pela

racionalidade imposta pela lógica fragmentária (que tenta aprisionar o espaço vivido), qual é a importância das relações e/ou práticas socioespaciais ancoradas no uso?

Considerando que vivemos em uma sociedade sustentada pelas relações de troca, é premente ressaltar que o uso, pautado na reprodução da vida em suas diferentes e múltiplas dimensões, revela sua potencialidade e sua capacidade de insurgência, visto que afronta a racionalidade da troca, reforçando que o espaço social contém uma multiplicidade de interações e que, entre o concebido e o vivido, pode se colocar o percebido.

Se o futuro é contingente, não está determinado, daí advém a força do cotidiano (Lefebvre, 1999). Há possibilidades contidas nas relações cotidianas que podem fazer enfrentamento à lógica fragmentária que, de diferentes formas, tem marcado o distanciamento, cerceado e negado o protagonismo dos usadores e interferido nas formas de uso para a reprodução da vida. Apesar da complexidade que tem conformado a cidade contemporânea, as experiências identificadas revelam que, nas cidades médias consideradas neste texto, há movimentos e vozes que lutam, tanto pelas necessidades mais concretas ou imediatas (como a de morar ou de reproduzir o modo de vida), quanto pelo lúdico, pelo lazer e pela arte, demarcando um circuito político e cultural alternativo, assegurado, por exemplo, pelo uso da moradia, da rua e do espaço público.

Sob essa perspectiva, na cidade marcada pela lógica fragmentária, o cotidiano ganha centralidade e a cotidianidade coloca-se como dimensão do possível, acenando para a emergência do novo, seja por meio da luta pela moradia e pelo direito à cidade, seja por meio dos grupos de teatro de rua, das festas ritmadas pela dança de coco (resgatando uma dança tradicional, com influências africanas e indígenas, surgida nos engenhos de açúcar do nordeste do Brasil) ou, ainda, dos fóruns de debates, conselhos populares e audiências públicas que, em diferentes locais, tentam, coletivamente, pensar os rumos da cidade.

A pesquisa desenvolvida, a partir dos projetos mencionados neste texto, permite apontar que as novas formas de estabelecer relações entre as pessoas e, consequentemente, com o espaço, se expressam tanto no Movimento de União dos Sem-Teto de Ribeirão Preto, quanto na retomada de áreas promovida pelos Guarani e Kaiowá na região de Dourados. Estão presentes também nos movimentos que preconizam a importância da rua e do espaço público como locais de instauração da prática criadora/transformadora, como nos exemplos citados: a praça Zumbi dos Palmares, em Maringá; o Coletivo *Slam Quilombo* de Dandara, em Presidente Prudente (com letras que retratam questões cotidianas, como o racismo, o machismo, a homofobia, a violência do Estado); o Bloco “Balanga Teta”, em Dourados (que elegeu a rua como local onde a festa, a arte e a vida devem acontecer); ou mesmo o rap indígena do Brô Mc’s, também em Dourados, que faz da música uma forma de resistência e luta. Todos eles revelam iniciativas que fazem/podem fazer emergir uma prática socioespacial pautada no uso para a reprodução das múltiplas dimensões da vida, que, de diversas formas, permitem a prática criadora, permitem a criação/construção de identidades, pois: “Quando uma sociedade se transforma, os materiais de uma tal mutação provêm de uma outra prática social” (Lefebvre, 2000, p. 262).

A vida cotidiana pode provocar ou não fissuras no tecido social, na dependência de como ela se dá. Nesse movimento (que precisa ser compreendido na sua complexidade e em seu ritmo ou em sua cotidianidade), colocam-se as possibilidades dialeticamente opostas de (re)produzir o espaço por meio de outras formas de uso, conforme experiências e vivências identificadas nas quatro cidades médias pesquisadas. O espaço é pleno de contradições e sua transformação não pode ser gestada sem confrontar a estrutura socioespacial que representa e sustenta a lógica fragmentária. ■

Recebido em: 08-10-2024

Aceito em: 05-06-2025

REFERÊNCIAS

- BRENNER, N. Teses sobre a urbanização. *E-metropolis*, n. 19, dez. 2014.
- CALIXTO, M. J. M. S. Da lógica centro-periferia à lógica socioespacial fragmentária em uma cidade média. *Mercator*, Fortaleza, v. 20, 2021. DOI: <https://doi.org/10.4215/rm2021.e20028>.
- CALVINO, I. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARLOS, A. F. A. A privação do urbano e o “direito à cidade” em Henri Lefebvre. In: CARLOS, A. F. A.; ALVES, G.; PADUA, R. (org.). *Justiça espacial e o direito à cidade*. São Paulo: Contexto, 2017. p. 33-62.
- CARLOS, A. F. A. *Espaço-Tempo na Metrópole*: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.
- CARLOS, A. F. A. *O espaço urbano*: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004.
- CARVALHO, L. de. Praça Zumbi dos Palmares faz 25 anos e é palco de manifestações da comunidade afro de Maringá. *Maringá Post*, 20 nov. 2021. Disponível em: <https://maringapost.com.br/cidade/2021/11/20/praca-zumbi-dos-palmares-de-maringa-faz-25-anos/#.Y9_OthfMLIU>. Acesso em: 5 fev. 2023.
- CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 2014.
- DUHAU, E.; GIGLIA, A. El orden metropolitano contemporâneo: entre la fragmentación y la interdependencia. In: *Metrópoli, espacio público y consumo*. México: Fondo de Cultura Económica, 2016. p. 27-62.
- FREHSE, F. Usos da rua. In: FORTUNA, C.; LEITE, R. P. (org.). *Plural de cidade*: novos léxicos urbanos. Coimbra: Almedina, 2009. p. 151-170.
- KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Trad. Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- LEFEBVRE, H. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991b.
- LEFEBVRE, H. *Critique de la vie quotidienne*. Paris: L'Arche Editeur, 1961.
- LEFEBVRE, H. *De lo rural a lo urbano*. 3. ed. Barcelona: Península, 1975.
- LEFEBVRE, H. *Espaço e política*. Trad. Margarida M. de Andrade; Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.
- LEFEBVRE, H. *La production de l'espace*. Paris: Éditions Anthropos, 1974. Trad. Doralice Barros Pereira; Sérgio Martins. A produção do espaço. 1. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.
- LEFEBVRE, H. *Le langage et la société*. Paris: Gallimard, 1966.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991a.
- LEGROUX, J. A lógica urbana fragmentária: delimitar o conceito de fragmentação socioespacial. *Caminhos de Geografia*, Uberlândia, v. 22, n. 81, p. 235-248, jun. 2021a. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/>>. Acesso em: 10 jul. 2021.
- LEGROUX, J. A triplicidade do espaço e das práticas cotidianas de mobilidade para o estudo da fragmentação socioespacial. *GEOgraphia*, v. 23, n. 51, 2021b. DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2021.v23i51.a47518>.
- MAGRINI, M. A.; CATALÃO, I. Direito à cidade e consumo: contradições e convergências. In: GÓES, E. M. et al. *Consumo, crédito e direito à cidade*. Curitiba: Appris, 2019. p. 133-158.
- MARTINS, J. de S. *A degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

- MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. Porto Alegre: L&PM, 2001.
- MONCLÚS, F. J. Suburbanización y nuevas periferias: perspectivas geográfico-urbanísticas. In: *La ciudad dispersa: suburbanización y nuevas periferias*. Barcelona: CCCB, 1998. p. 5-15. Disponível em: <<http://archivouel.tripod.com/dispersa.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2020.
- MORCUENDE GONZÁLEZ, A. Interpreting socio-spatial fragmentation, differential urbanization and everyday life: a critique for the Latin American debate. *GEOgraphia*, v. 22, n. 49, 27 nov. 2020.
- MORCUENDE GONZÁLEZ, A. *Por trás das origens da fragmentação socioespacial*. Mercator, Fortaleza, v. 20, 2021. ISSN 1984-2201. DOI: <https://doi.org/10.4215/rm2021.e20022>. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/>>. Data de acesso: 03 dez. 2022.
- OLIVEIRA, V. C. de. *O espaço social em questão*: o Movimento de União dos Sem-Teto em Ribeirão Preto. 2005. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista, Ribeirão Preto, 2005.
- PRÉVÔT-SCHAPIRA, M.-F. Fragmentación espacial y social: conceptos y realidades. *Perfiles Latinoamericanos*, n. 19, p. 33-56, dez. 2001. Disponível em: <<https://perfilesla.flacso.edu.mx/index.php/perfilesla/article/view/315/269>>. Acesso em: 9 nov. 2020.
- REGUILLO, R. La clandestina centralidad de la vida cotidiana. In: LINDÖN, A. (Org.). *La vida cotidiana y su espacio-temporalidad*. Barcelona: Anthropos Editorial; Mexico: El Colegio Mexiquense Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias (UNAM), 2000, p. 77-93.
- SANTOS, M. *Metrópole corporativa fragmentada*: o caso de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1990.
- SEABRA, O. C. de L. Insurreição do uso. In: MARTINS, J. de S. (org.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 71-86.
- SEABRA, O. C. de L. Territórios do uso: cotidiano e modo de vida. *Cidades*, v. 1, n. 2, p. 181-206, 2004.
- SENNET, R. *Construir e habitar*: ética para uma cidade aberta. São Paulo. Record, 2018.
- SMITH, N. *Desenvolvimento desigual*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1988.
- SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B. Fragmentação socioespacial. *Mercator*, n. 19, p. 1-13, 2020.
- SPOSITO, M. E. B.; GÓES, E. M. *Espaços fechados e cidades*: insegurança urbana e fragmentação socioespacial. São Paulo: Editora UNESP, 2013.
- TURRA NETO, N.; ALVES, M. C. P. Slam Quilombo de Dandara de Presidente Prudente-SP: um território insurgente e suas práticas educativas. *Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero*, v. 13, n. 1, p. 195-222, 2022.